



Como a convocação de uma greve geral clarifica a viragem à direita do PSD

É nesta fase de negociação, em concertação social, com as confederações patronais e com as confederações sindicais, que faz sentido ser convocada e realizada uma greve geral.

A viragem à direita na sociedade portuguesa é um facto. Mas há uma mudança mais profunda em curso, que vai para além da viragem política à direita. Há um conservadorismo em crescendo, um reaccionarismo mesmo, em paralelo com um escalar de uma mentalidade antidemocrática e de pendor intolerante, até autoritário. Isso tem sido manifesto, por exemplo, nas reacções ao anúncio, pela CGTP e pela UGT, de uma greve geral conjunta, contra a reforma da legislação laboral proposta pelo Governo.

Por mais radicalização que se vá instalando, a verdade é que aquilo que é a democracia não passa apenas pelo princípio de uma pessoa, um voto. A democracia caracteriza-se também pela existência de diálogo político e de diálogo social. Ora, o que se vive, neste momento, em Portugal, é o início de um processo, aberto pelo Governo, para alterar de forma profunda a legislação laboral. Neste momento, as negociações e o diálogo processam-se em sede de concertação social, após o que, atingido ou não um acordo, o Governo aprovará, em Conselho de Ministros, a legislação para alterar as leis laborais, ao que se segue o processo de debate, negociação e aprovação dos diplomas pela Assembleia da República.

É nesta fase de negociação, em concertação social, com as confederações patronais e com as confederações sindicais, que faz sentido ser convocada e realizada uma greve geral. É ignorância — ou má-fé — defender que uma greve geral se faz depois das leis aprovadas. Hoje em dia, em democracia, uma greve geral já não é revolucionária, como conceptualizou Georges Sorel, nem é uma forma de protesto, é um método, um recurso, um instrumento negocial dos trabalhadores, é uma forma de fazer pressão durante negociações, de forçar negociações. Mais. A greve tem como objectivo demonstrar o peso do trabalho e logo de quem o produz, os trabalhadores. Daí a lógica desta greve geral convocada para 11 de Dezembro. Quanto à decisão da UGT de se juntar à CGTP, na convocação da greve geral, esta demonstra o regresso do social à política. Assim, como significa, finalmente, o regresso do debate sobre o papel do trabalho na estruturação da sociedade e na identidade do ser humano, como escrevi, neste espaço de opinião a 31 de Maio, sobre a renovação da esquerda.

Aliás, há 12 anos, em 2013, aconteceu precisamente uma greve geral convocada conjuntamente pela UGT e pela CGTP, em que, como o jornalista Sérgio Aníbal explicou no PÚBLICO, esteve em causa, precisamente, a contestação de alterações

à legislação laboral, que as duas centrais sindicais consideraram excessivas e lesivas dos direitos dos trabalhadores. Na greve geral convocada para 11 de Dezembro, como explicou o secretário-geral da CGTP, Tiago Oliveira, em entrevista à jornalista Raquel Martins, no PÚBLICO, o que está em causa, do ponto de vista da defesa dos direitos dos trabalhadores, é a “normalização da precariedade”, a “desregulação dos horários de trabalho”, a “contratação colectiva”, o “ataque ao direito à greve, com o alargamento das áreas que exigem serviços mínimos”, o impedimento de “os sindicatos entrarem nos locais de trabalho onde não têm associados” e a “facilitação dos despedimentos”.

O primeiro-ministro reagiu ao anúncio da convocação da greve geral vitimizando-se e até adulterando o conceito de greve geral. Logo no domingo, Luís Montenegro começou por querer partidarizar a questão, acusando o PCP e o PS de instrumentalizarem as centrais sindicais. “Francamente, não consigo vislumbrar outra razão para esta posição das centrais sindicais que não seja olhar para interesses que, do meu ponto de vista, não deviam ser os prevaletentes, que é o interesse dos partidos que estão, sobretudo, ligados à gestão das duas centrais sindicais”, considerou, para disparar: “Estou a falar do Partido Comunista, que quer mostrar a sua existência através da sua rede sindical na CGTP, e estou a falar do Partido Socialista, que também quer mostrar a sua existência política de oposição, aproveitando alguma preponderância que tem na UGT.” Para, na quarta-feira, voltar ao tema e afirmar: “Mas não há razões para haver uma greve geral, em Portugal, sobretudo num momento em que o país tem muitos desafios para superar. Se é importante frisar que a capacidade reivindicativa não está em causa, também é importante dizer que ela deve ser exercida com sentido de responsabilidade.”

Estas afirmações teriam graça, se não fossem tristes e perversas. Até porque as greves são políticas, não são partidárias. Em democracia o poder nasce de baixo, do povo, dos trabalhadores, das pessoas que votam. Se o PS e o PCP tivessem essa força política, que lhes permitisse instrumentalizar sindicatos, teriam os resultados eleitorais que têm tido? No fundo, Luís Montenegro quer poder vir a responsabilizar o PS e o PCP sobre os efeitos que a greve venha a ter. Até porque não há uma greve geral sem efeitos na sociedade, se a greve geral não perturbar a vida em sociedade, então será um falhanço.

Não se percebe a seriedade que possa existir na tentativa, por parte do primeiro-ministro, de pressionar a UGT e colá-la à imagem de uma instituição manipulável por um partido. A UGT assinou inúmeros acordos na concertação social, incluindo acordos com o primeiro-ministro, Luís Montenegro. Assim como é grave que o primeiro-ministro e líder do PSD tenha apagado o facto de que não é só o PS que tem ligações políticas à UGT, na sua direcção estão representados os

Trabalhadores Sociais-Democratas, que é um departamento do PSD e que, tanto quanto sei, ainda não foi partidariamente extinto.

A questão é perceber como é que o primeiro-ministro, Luís Montenegro, quer negociar as leis laborais e com que objectivo. O país vive de satisfazer apenas os interesses dos agora chamados empregadores? E os empregados? Não têm direitos? Não têm vida? Em nome de um eventual e suposto crescimento económico é democraticamente viável liberalizar e desregular as regras laborais, por forma a satisfazer apenas os patrões? Já no plano parlamentar, Luís Montenegro vai querer negociar as leis laborais com quem? Com o Chega? Vai deixar o PS de fora? O PSD de Luís Montenegro tem-se assumido cada vez menos social-democrata e cada vez mais à direita. Mas será que está assim tão à direita? Afinal, para quem é que Luís Montenegro governa?

sao.jose.almeida@publico.pt